

# **O NOVO ENSINO MÉDIO E O REPOSICIONAMENTO DO PAPEL DOCENTE: UMA ANÁLISE CRÍTICA**

Fabiane de Santana Falci  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
fabianefalci@hotmail.com

Nilda da Silva Nogueira  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
nildanog83@gmail.com

## **Introdução**

A Reforma do Ensino Médio, materializada pela Lei 13.415/2017 e posteriormente incorporada em políticas nacionais como o Novo Plano Nacional de Educação (PNE) de 2024, trouxe mudanças estruturais significativas na organização escolar. Um dos aspectos mais impactados por essa reforma foi o trabalho docente, cujas condições e práticas pedagógicas foram profundamente alteradas pela nova divisão curricular e pela ênfase em trajetórias formativas flexíveis e tecnicistas. Este estudo propõe examinar essas mudanças no contexto das demandas que agora recaem sobre os professores, considerando não apenas as transformações no conteúdo que eles ensinam, mas também as implicações para sua formação, condições de trabalho e papel na disseminação do conhecimento.

As discussões aqui apresentadas buscam responder às seguintes perguntas: Como o trabalho docente foi alterado pela Reforma do Ensino Médio? Que implicações isso traz para a formação continuada dos professores e para a qualidade da educação?

## **Metodologia**

Este trabalho adota uma abordagem qualitativa para a análise das mudanças no trabalho dos professores a partir da implementação do Novo Ensino Médio. Foram utilizados dois métodos principais:

1. Análise Bibliográfica: baseada em autores como Dermeval Saviani (2008, 2019), Paulo Freire (1996) e Luís Carlos de Freitas (2018), a revisão buscou mapear as principais discussões teóricas sobre o impacto da reforma nas condições de trabalho e na

formação dos professores. Essas abordagens foram escolhidas por sua ênfase nas relações entre educação e sociedade e na crítica às políticas educacionais de cunho tecnicista.

2. Análise documental: Incluiu a análise da Lei 13.415/2017, o Novo Plano Nacional de Educação (PNE) de 2024, além de diretrizes curriculares e documentos produzidos por órgãos como o Conselho Nacional de Educação (CNE). A análise foi direcionada a entender como essas políticas reconfiguram o trabalho docente em termos de organização curricular, formação continuada e exigências pedagógicas.

## **Resultados e discussões**

Os resultados da análise indicam que a Reforma do Ensino Médio trouxe três grandes mudanças para o trabalho dos professores:

1. Reconfiguração curricular e sobrecarga de trabalho: a Reforma do Ensino Médio introduziu um currículo mais flexível, em que os alunos podem escolher entre diferentes trajetórias formativas (itinerários). No entanto, para os professores, isso significou uma sobrecarga de trabalho. A necessidade de atender a diferentes trajetórias e personalizar o ensino para grupos de alunos que optam por áreas diversas exige uma maior preparação e planejamento. Essa flexibilização curricular tende a fragilizar o planejamento pedagógico e aumentar o nível de estresse dos docentes, sem proporcionar melhores condições de trabalho ou salários adequados para compensar o aumento de responsabilidades.

2. Precarização e formação superficial: a Reforma também incentiva a contratação de profissionais que não possuem uma formação específica para a matéria que irão lecionar, mas que possuem competências relacionadas aos itinerários formativos técnicos e profissionalizantes. Segundo Freitas (2018), essa medida contribui para a precarização da profissão docente, uma vez que a exigência de uma formação pedagógica robusta é enfraquecida. Os professores enfrentam uma pressão para se adaptarem a uma lógica de formação técnica, que compromete a qualidade do ensino e desvaloriza a importância da formação crítica e reflexiva, tão necessária para a educação integral dos alunos.

3. Intensificação do uso de tecnologias e controle da prática docente: a adoção de plataformas digitais e tecnologias educacionais para a implementação do Novo Ensino Médio também trouxe desafios ao trabalho do professor. O uso de tecnologias como fundamento do ensino imposta pela reforma impôs novas exigências sem a devida preparação técnica. Embora o uso de tecnologia possa enriquecer o ensino, quando

associado a um currículo tecnicista, como aponta Saviani, isso tende a transformar o professor em um mero executor de atividades previamente planejadas, reduzindo sua autonomia pedagógica e seu papel como mediador crítico do processo educativo.

Esses resultados sugerem que, longe de valorizar o trabalho docente, o Novo Ensino Médio impõe um modelo de trabalho precarizado, no qual o professor é sobrecarregado com demandas burocráticas e técnicas, sem que lhe seja garantido o suporte necessário. A lógica da flexibilização curricular e da formação técnica parece servir mais aos interesses do mercado de trabalho do que às necessidades de uma educação integral e crítica, como propõe Paulo Freire (1996).

A adoção de uma educação tecnicista limita o professor a um papel de transmissor de conhecimentos técnicos, sem espaço para a construção de um pensamento crítico. Isso contradiz a visão de Gramsci (2017) sobre o intelectual orgânico, que vê o professor como um sujeito capaz de transformar a sociedade a partir da educação. Ao invés disso, a Reforma empurra o professor para uma posição de executor de um currículo cada vez mais distante das realidades sociais dos estudantes.

## **Conclusão**

A análise das mudanças no trabalho docente sob o Novo Ensino Médio revela um cenário preocupante para a profissão docente. A flexibilização curricular, o aumento da carga de trabalho, a precarização da formação e a inserção de tecnologias sem um planejamento adequado comprometem a qualidade da educação e enfraquecem o papel crítico do professor. As reformas, ao focarem em demandas imediatas do mercado, negligenciam a necessidade de uma formação contínua, integral e crítica para os professores, o que prejudica tanto sua atuação profissional quanto a educação dos estudantes.

Conclui-se que é necessário um reordenamento das políticas educacionais que valorize o professor como um profissional fundamental para o desenvolvimento crítico da sociedade. Isso implica na criação de políticas de valorização profissional, salários adequados, formação continuada e condições de trabalho que permitam ao professor exercer seu papel de forma autônoma e crítica.

## Referências

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 fev. 2017. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm). Acesso em: 10 de set. 2024.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Tradução Carlos Nelson Coutinho, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. 1v.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. Expressão Popular: 2018.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico – crítica, quadragésimo ano: novas aproximações**. Campinas: Autores Associados, 2019.